



**Um fantasma em desassossego na memória coletiva brasileira: *K. relato de uma busca***

A ghost in restlessness in the Brazilian collective memory: *K. relato de uma busca*

Fabiola Simão Padilha Trefzger<sup>1</sup>

Rafaela Gomes Neves<sup>2</sup>

**Resumo:** Em *K. relato de uma busca*, observa-se o esforço de lembrar os mortos da ditadura militar brasileira, vítimas do esquecimento coletivo. Assim, o romance de Bernardo Kucinski se apresenta como um *lampejo* no presente, sobretudo na conjuntura política que vivenciamos a partir do golpe sofrido por Dilma Rousseff e pela eleição de Jair Bolsonaro. Na premissa de escovar a história a contrapelo, tem-se “Sobre o conceito de história” (2005)<sup>3</sup> como aporte teórico principal.

**Palavras-chave:** *K. relato de uma busca*. Memória. Ditadura militar. Trauma coletivo.

**Abstract:** In *K. relato de uma busca*, there is an effort to remember the dead people of the Brazilian military dictatorship, victims of the collective forgetfulness. Thus, Bernardo Kucinski's novel presents itself as a *flash* in the present, especially in the political context that we experience from the coup suffered by Dilma Rousseff and the election of Jair Bolsonaro. On the premise of brushing history against the grain, “On the concept of history” (2005) is the main theoretical contribution.

**Keywords:** *K. Relato de uma busca*. Memory. Military dictatorship. Collective trauma.

Brasil 2018: até a primeira metade do ano, Lula, o presidente mais popular do país, havia sido preso, uma condenação considerada por muitos como política. Marielle Franco, vereadora do Psol pelo Rio de Janeiro, foi assassinada junto com seu motorista, Anderson Gomes, por denunciar irregularidades em operações policiais. No aniversário do golpe de 64, assistimos uma minúscula manifestação no Rio de Janeiro, conclamando por nova intervenção militar. Cerca de um ano e meio antes, nossa já frágil democracia sofreu outro golpe com o *impeachment* de Dilma Rousseff, apoiado por grande parcela da população. Sobrepondo este último fato, percebeu-se a fraqueza da memória coletiva na sessão de votação do processo na câmara dos deputados, em um ambiente cuja atmosfera misógina se munia das formas mais espúrias para atingir a presidenta. Um deputado saudosista da ditadura, ao votar a favor do afastamento, levou a voz ao microfone dizendo:

perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve; contra o comunismo; pela nossa liberdade; contra o Foro de São Paulo; pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff; pelo Exército de Caxias; pelas nossas Forças Armadas; por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, o meu voto é sim (DINIZ, 2016).

<sup>1</sup> Professora de Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa da Ufes. Doutora em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

<sup>3</sup> A edição utilizada consta no livro de Michael Löwy (2005), Walter Benjamin: Aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”.

Na época, além de se discutir tão inescrupulosa ofensa chamou a atenção o fato de que muitas pessoas não conheciam o homenageado. Um país sem memória não conhece o nome dos algozes, mais ainda: sob vaias e ovações, um país sem memória cede o espaço de um cargo público a um ex-militar, que usa sua voz para colocar em evidência a memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos mais cruéis torturadores da ditadura, não destacando a memória das vítimas, que só recebem holofotes para a celebração de seu horror.

A um brasileiro distante dessas discussões, tais fatos podem soar estranhos, pois existe a ideia de que somos um povo cordial, contrariando as raízes de barbárie inculcadas em nossa história. A tendência à eufemização alimenta o espectro da cordialidade, a ponto de não admitirmos ou não reconhecermos nossa própria potencialidade para a barbárie. Não é de se espantar que nós tenhamos essa visão apaziguadora sobre nossa identidade: não conhecer nossa história nos impossibilita de conhecer nossas raízes de violência, não permitindo enxergar a tendência à repetição da barbárie no presente, criando uma espiral de esquecimento.

Pensar a manutenção da memória nacional é, de muitas formas, esbarrar em *K. relato de uma busca*, romance de Bernardo Kucinski, publicado pela primeira vez em 2011 pela editora Expressão Popular, reeditado em 2014 pela Cosac Naify e, em 2016, pela Companhia das Letras. A narrativa conta a história de K., escritor prestigiado da língua iídiche e refugiado do pré-Holocausto, que teve sua filha, Ana Rosa Kucinski Silva, e seu genro, Wilson Silva, militantes de esquerda pela Ação Libertadora Nacional (ALN), sequestrados, torturados e mortos no período da ditadura militar brasileira. Contada por diversos narradores, os capítulos nos fornecem um novo olhar sobre o trauma de 1964, divergente de certas narrativas historiográficas tradicionais, despertando uma empatia no leitor com a causa do pai e das vítimas da ditadura, ao mesmo tempo que aponta os erros cometidos no passado e as consequências mais de quatro décadas depois, no período do livro. Assim, a obra inicia-se com uma advertência ao leitor, dizendo: “caro leitor, tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2014, p. 8), em um tributo à chave de leitura da autoficção, que mescla elementos ficcionais com elementos biográficos, afinal, Ana Rosa, a militante desaparecida, era irmã de Bernardo Kucinski.

O primeiro capítulo do livro, “Cartas a uma destinatária inexistente”, é um texto assinado pelo autor, datado de 31 de dezembro de 2010, assim como o último capítulo, “*Post scriptum*”. Logo de início, Kucinski insere o leitor na tragédia: não há a expectativa de encontrar uma jovem desaparecida, pois ela inexistente há mais de três décadas, no entanto, continua sendo a destinatária de cartas enviadas pelo banco. De uma maneira mordaz, Kucinski critica a falta de manutenção da memória:

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos. (KUCINSKI, 2014, p. 12).

O carteiro, que em outra passagem é comparado ao *Dybbuk*, “alma insatisfeita que se cola a uma pessoa para atormentá-la, segundo a mitologia judaica” (KUCINSKI, 2014, p. 10), entrega as cartas destinadas à Ana Rosa por não reconhecer seu nome, sendo mais um indivíduo afetado pelo mal de Alzheimer, como todos que participaram do processo de envio, caracterizando a vitória do sistema repressivo sobre as vítimas.

Em “Sobre o conceito de história”, o filósofo Walter Benjamin elabora teses tratando da concepção de história que evidencia e presta homenagem aos vencedores em detrimento dos vencidos. Associando materialismo histórico e messianismo, Benjamin propõe uma dialética entre essas duas instâncias, descrevendo a tarefa do verdadeiro historiador, aquele para o qual nada se perde para a história, que é a de reconhecer no presente uma imagem célere do passado, acordar os mortos e restabelecer a apocatástase, o dia de redenção de todas as almas. Na tese VIII, o autor fala sobre a tradição dos oprimidos que é a de sempre serem vencidos pela história e pelos regimes autoritários.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. – O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos "ainda" sejam possíveis no século XX não é nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável (LÖWY, 2005, p. 83).

Em *K. relato de uma busca*, contata-se o “estado de exceção” permanente no qual vivem os oprimidos, o que corresponde às sucessivas derrotas para os regimes autoritários e o esquecimento de suas memórias pela história. Segundo Michael Löwy, o triunfo dos regimes de base fascista parte da incompreensão da esquerda quanto ao seu desenvolvimento, uma vez que esta também é tomada pela ilusória ideologia do progresso, o que a faz acreditar que seria insustentável o enraizamento do fascismo em sociedades contemporâneas. Por isso, a crítica do filósofo é pungente ainda hoje: não existe espanto na latente existência do fascismo em nossa sociedade, pois as raízes para o florescimento das barbáries, do saudosismo e desejo de retorno a esse estado sempre estiveram iminentes.

Para evitar a repetição da barbárie é preciso compreender os sinais que *lampejam* no presente, para que possamos salvar os mortos esquecidos e, assistindo suas memórias, evitar a catástrofe no *tempo-de-agora*. Disso trata a “Tese VI”, de “Sobre o conceito de história”, transcrita em parte:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo "tal como ele propriamente foi". Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjuga-la. (LÖWY, 2005, p. 65).

De imediato, ao reler esta tese, recordamos o pai que se sente culpado por não perceber a situação em que se encontrava a filha, logo “ele, escolado em política” (KUCINSKI, 2014, p. 13). No capítulo “Os informantes”, enquanto K. sobe as escadas para encontrar um general que pode resgatar sua filha, passa a rememorar momentos de sua juventude em Varsóvia, quando vai em busca de informações sobre sua irmã Guita, presa em um comício do Partido dos Trabalhadores de Sion de Esquerda, e que morre de tuberculose na prisão. Interessante notar a observação do narrador sobre a lembrança de K., dizendo que “alarmou-o a emergência da lembrança, que julgava soterrada sob os escombros da memória” (p. 36), extremamente em consonância com o pensamento benjaminiano presente na “Tese VI”, sobre o instante de perigo, que também é mencionado na “Tese V”, como “a verdadeira imagem do passado [que] passa célere e furtiva. É somente como imagem que lampeja justamente no instante de sua recognoscibilidade, para nunca mais ser vista, que o passado tem de ser capturado”, e esta imagem irrestituível, continua, “ameaça desaparecer com cada presente que não se reconhece como nela visado” (LÖWY, 2005, p. 62). A imagem de Guita, que reaparece dos “escombros” da memória, léxico que remete às ruínas de Benjamin, lampeja para K., trazendo o aviso sobre o perigo do tempo-de-agora, em relação à Ana, visada naquele presente.

K. foi alvo do aviso célere. O pai se encanta pelo Brasil e deixa de prestar atenção à história do país, como sugere o trecho: “quando chegou ao Brasil em 1935, fugido da polícia polaca, os patrícios o alertaram contra os espias de Getúlio [...] mas isso foi na época do fascismo” (KUCINSKI, 2014, p. 31). O vislumbre com o novo continente cede lugar ao rotineiro: “quando chegou ao Brasil, curioso, procurava saber de tudo. Depois se acomodou. Até acontecer o que acontecera” (p. 162). O iídichista sai do ambiente de conflitos de sua terra natal e, iludido por um novo ambiente que não lhe apresentaria riscos, não repensa sua própria memória, pois não é instado a fazê-lo. Uma ponderação feita pelo narrador no capítulo “Sobreviventes, uma reflexão” é indispensável para entender a posição de K. quanto ao emudecimento e à percepção de relaxamento:

Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. [...] K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto (KUCINSKI, 2014, p. 166).

Tal excerto nos remete ao texto “Experiência e pobreza” (1985a), também de Benjamin, iniciado com a parábola de um velho vinhateiro que, em seu leito de morte, diz aos filhos ter escondido um tesouro na terra. Assim, os herdeiros cavam e nada encontram, até que no outono o vinhedo produz mais que os outros da região. Segundo Benjamin, o pai transmite aos filhos uma experiência, uma tradição. Ao falar do declínio da experiência, o autor exemplifica com os combatentes que retornaram mudos das trincheiras, mais pobres na transmissão da experiência comunicável (BENJAMIN, 1985a). De acordo com Jeanne Marie Gagnebin em *Lembrar escrever esquecer*, essas catástrofes culminam no desaparecimento das formas tradicionais de narrativa: “os sobreviventes que voltaram das trincheiras voltaram mudos [...] porque

aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras” (GAGNEBIN, 2009, p. 51). A experiência do trauma é semelhante a que acomete K. e sua esposa, impossibilitando-lhes de darem seu relato aos filhos sobre o que viveram e o que viveram seus familiares. Enquanto a mãe de Ana encontra-se sempre triste, abatida pelo que acontecera com seus familiares, todos exterminados nos campos de concentração, K. cai no esquecimento momentâneo. O narrador assinala que “o sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado (KUCINSKI, 2014, p. 166). As lembranças que ressurgem fazem o pai se sentir culpado por não ter notado a semelhança da militância da filha com a sua própria em tempo de mudar seu desfecho trágico, como foi o da irmã.

A culpa sentida por K. está presente do início ao fim do romance e é peça fundamental para que entendamos outro fator responsável pelo esquecimento. Em muitas partes do livro é possível encontrar a negação dos militares com qualquer tipo de envolvimento que tenha resultado no desaparecimento das vítimas. No capítulo intitulado “A abertura”, o narrador é o delegado Sérgio Fleury, que, gabando-se de sua ideia de fornecer falsas pistas aos familiares, dirige-se ao seu comparsa dizendo que é preciso “desmontar esses familiares pela psicologia” (p. 73), pois sabe que estes se esgotam tentando cada informação, mesmo que sabidamente mentirosa, para não aceitarem o destino bárbaro de seus entes queridos. Em “Sobreviventes, uma reflexão”, o narrador menciona o filme *A escolha de Sofia*, em que uma mãe polonesa é obrigada, por um guarda nazista, a escolher qual de seus dois filhos viverá e qual será assassinado por ele. O narrador então pondera sobre a artimanha do soldado:

Sadismo? Talvez. Mas um sadismo funcional, porque através desse mecanismo o criminoso transferiu à mãe a culpa pelo filho morto. Não foi ela quem escolheu? Esse sentimento de culpa vai se apossando da alma da mãe no decorrer dos anos até que já anciã, sobrevivente de guerra vivendo na América, Sofia se suicida, não suportando mais a carga de uma culpa que nunca foi dela (KUCINSKI, 2014, p. 167).

No caso dos que foram desaparecidos durante a ditadura, a investigação dos desaparecimentos poderia dar um fim ao sentimento de culpa introjetado no sobrevivente, pois este saberia que não havia nada a ser feito para evitar a tragédia em gestação. O apontamento crítico do narrador a essa culpa induzida aparece também ao final do capítulo, quando denuncia a agilidade do governo em sancionar a lei v.140/1995 que, segundo Eurídice Figueiredo, em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, “reconhecia como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas no período de 1964 a 1979” (FIGUEIREDO, 2017, p. 127), mas que também previa a indenização das famílias, sem que estas tivessem requerido, a fim de enterrar cada caso. Desta maneira, o narrador prossegue:

Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história. O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (KUCINSKI, 2014, p. 169).

Em *K. relato de uma busca* existe, em planos menos evidentes que o da culpa, a luta da resistência em manter documentos que possam comprovar os crimes cometidos pelo governo repressor. O capítulo mais altissonante neste sentido é “A queda do ponto”, que descreve a aflição de dois jovens prestes a fugirem de um apartamento por sentirem o fechamento do círculo da repressão após a queda de outro membro da resistência. Em meio ao desespero, eliminam arquivos de sua organização e salvam documentos importantes:

Numa sacola maior, de lona, despejam documentos arduamente elaborados de denúncia, os que consideram mais valiosos. A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após do fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua (KUCINSKI, 2014, p. 27).

O narrador, ao mesmo tempo que narra o tempo presente do casal no apartamento, antecipa ao leitor que o esforço da dupla não resultará em nada porque os ditadores e os apoiadores não serão condenados. O “já justificado” é o membro do Esquadrão da Morte, Sérgio Fleury, morto pelo sistema repressivo, quando os militares “decidiram eliminá-lo porque sabia demais, [e] se julgava acima de qualquer lei (GUERRA *et alii*, 2012 *apud* FIGUEIREDO, 2017, p. 15). Carlos Alberto Brilhante Ustra prestou esclarecimentos mas não foi condenado, em 2015, quando tratava de um câncer. Em um processo movido pela família Teles (REsp 1.434.498/SP), foi acusado apenas por responsabilidade civil nas torturas, preservado pela Lei da Anistia (Lei 6.683/79) que impede a indenização e investigação de crimes cometidos por motivações políticas, resguardando os militantes e os militares. Ainda hoje essa lei dificulta os trabalhos de manutenção da memória, uma vez que, ao negar a responsabilidade dos ditadores pelos seus atos de barbárie, ela não levou o sistema repressivo aos tribunais, prolongando o sofrimento dos sobreviventes e dos familiares dos desaparecidos. Mas, em “A queda do ponto”, o casal faz parte do nicho que acredita que “a ditadura finalmente agonizará”. No entanto, não sabe que “não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada” pois “alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou” (p. 90), mesmo depois de a lista que tanto protegeram ser amplamente divulgada.

O Alzheimer nacional se intensifica no capítulo “As ruas e os nomes”. Nesse capítulo, K. participa de uma cerimônia organizada por um vereador de esquerda que propõe um projeto de lei que dá às ruas o nome de quarenta e sete desaparecidos políticos:

A homenagem aos desaparecidos políticos em placas de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos. Foi uma fala bonita, pensou K.; discurso e placas procurando atribuir ao desperdício de tantas vidas um significado posterior (KUCINSKI, 2014, p. 161).

Na volta da cerimônia, “em um loteamento que ficava num fim de mundo”, K. começa a prestar mais atenção no nome das placas das ruas e percebe que a maioria tem nomes de militares e, pior, que são construções em locais de destaque:

para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. O filho do farmacêutico falara dele. Dom Paulo também. Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. Esse foi o Lavrenti Béria desses canalhas, o Himmler brasileiro, dizia que para matar subversivos valia tudo; e tem nome de avenida. Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? (KUCINSKI, 2014, p. 162).

Ao ver o nome Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói, K. escandaliza-se: “Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5”, e continua: “imaginem se na Alemanha dariam a uma rua o nome de Goebbels ou nos Estados Unidos o nome de Al Capone” (p. 160). A indignação de K. reflete de modo conciso a ausência de memória no Brasil, no qual o lugar de destaque não só nas ruas mas na memória da população é o do vencedor, com quem o Historicismo, criticado por Walter Benjamin, se identifica afetivamente. Recorro à parte da “Tese VII” de “Sobre o conceito de história”, que diz: “Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro” (LÖWY, 2005, p. 70). Benjamin se refere aos monumentos que foram construídos pelas classes oprimidas em homenagem aos opressores, sem que constassem seus nomes nos escritos desses documentos. No caso das placas das ruas com nomes de militares, as construções se deram sobre a memória de cada vencido. O problema, como reflete o próprio K., “é quando o personagem é herói para uns e vilão para outros” (KUCINSKI, 2014, p. 163). A elucubração de K. mostra o perigo de não romper com a barbárie, como propõe Walter Benjamin, e o perigo de repetição do processo de derrotas.

Hoje, no momento em que realizamos esta pesquisa, já passamos as eleições presidenciais. Um processo movido contra Ustra pela tortura e pelo assassinato do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino foi extinto (REDAÇÃO, 2018). Durante a campanha eleitoral, o general da reserva Aléssio Ribeiro Souto, que auxiliava a campanha do deputado que homenageou Ustra, disse que “os livros de história que não tragam a verdade sobre 64 precisam ser eliminados” (PRAZERES, 2018), propondo um revisionismo em relação ao golpe. No dia 30 de Setembro de 2018, Rodrigo Amorim (PSL) e Daniel Silveira (PSL), candidatos a deputado estadual e deputado federal, destruíram uma placa de rua intitulada “Marielle Franco”, postada em memória da vereadora. Ambos os candidatos, posteriormente eleitos, foram defendidos pelo filho do então presidente eleito pelo PSL (MAIA, 2018), candidato ao cargo do senado. No dia 1 de Outubro, o presidente do STF, Dias Toffoli, ao falar sobre o golpe militar de 1964 em um seminário sobre os 30 anos da Constituição de 1988, declarou que se refere ao evento como “movimento de 64” (PESSOA, 2018). A declaração de Dias Toffoli comprova o apagamento vivido pelo país, afinal, o presidente da maior instância democrática se referia com palavras atenuantes a um trauma coletivo. Já o último final de semana antes do segundo turno das eleições para

presidente em 2018 foi palco de declarações bárbaras do nostálgico presidencial. Com um discurso radical, proferiu em cima de um trio elétrico:

Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria.

[...]

Petralhada, vai tudo vocês pra ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca visto (sic) na história do Brasil” (MARCELLO, 2018).

Aplaudido, o candidato trouxe à tona discursos largamente utilizados durante o golpe de 1964. A afirmação de faxina evoca a prática do extermínio, advinda de uma necessidade de limpeza da “ameaça comunista”, algo identificável pelo “marginais vermelhos” que remete à percepção marginalizada do comunismo e de seus símbolos, como a cor vermelha. A noção de supressão da oposição também é reafirmada quando diz que esta irá para a cadeia ou para fora do país, remetendo ao *slogan* veiculado pelo governo de Emílio Garrastazu Médici: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. A propaganda, publicada no período mais repressivo da ditadura, constante no segundo volume da Comissão Nacional da Verdade como a fase na qual mais presos políticos foram desaparecidos, voltou a ser veiculada na época das eleições pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), enquanto ao fundo ecoava o Hino Nacional. Outro indício de louvação do extermínio é dito em “ponta da praia”, fazendo referência ao código utilizado pelos militares em 1964 para denominar os quartéis nos quais as torturas e os assassinatos aconteciam, situados à costa das praias. Eurídice Figueiredo, no primeiro capítulo de *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, ao retomar Giorgio Agamben, comenta que:

No livro *Homo sacer* (2004), o filósofo italiano distingue *zoè* (o viver comum de todos os seres vivos) de *bíos* (a vida dos homens em sociedade). O *homo sacer* que está no domínio do *zoè*, é aquele que tem a “vida nua”, que pode ser morto porque sua vida não vale nada. [...] o Estado brasileiro, através de seu aparato repressivo, considerou que os “comunistas” eram indignos de viver e podiam morrer como ratos (FIGUEIREDO, p. 15, 2017).

Ao recobrar estes espaços de ruína e esses símbolos de 1964, o candidato do PSL legitima, em 2018, repressões violentas à oposição. A vida dos militantes de esquerda hoje, assim como há 56 anos, encontra-se no domínio da *zoè*, na esfera daqueles que, para o presidencial, podem ser mortos por não valerem nada.

Com tanto horror, seria evidente pensar na impossibilidade de eleição de tal candidato, na interferência das autoridades em favor de um Estado democrático, na antiaderência das camadas populares a tal discurso e figura. No dia 28 de outubro de 2018, o candidato da extrema direita, saudosista da ditadura militar brasileira, foi eleito o 38º presidente do Brasil, com mais de 57 milhões de votos.

Existem muitas explicações para o desfecho das eleições, como o decreto do ex-juiz Sérgio Moro, que chegou a fazer parte do novo governo como ministro da justiça (DEARO, 2018), para prender Lula. Além disso, pode-se citar o antipetismo fomentado pela grande mídia, um esquema de envio em massa de *fake news* atacando



o candidato do PT, Fernando Haddad, adversário do candidato do PSL. No entanto, algumas dessas questões foram possibilitadas pelo esquecimento do trauma coletivo originado pela ditadura militar, pelo esforço de muitos em reivindicar a barbárie e pela ausência de um trabalho efetivo de memória que instaurasse o estado de exceção desejado por Benjamin, com o fim da dominação dos vencedores sobre os vencidos, ou, como Löwy comenta: “a sociedade sem classes” (LÖWY, 20015, p. 85).

Hoje, mais do que nunca, é preciso implantar o estado de exceção, aprender com os mortos do passado, lembrar nossos atos de barbárie, pois como diz Benjamin na “Tese VI”: “o dom de atear ao passado a centelha de esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso” e complementa que “esse inimigo não tem cessado de vencer” (LÖWY, 20015, p. 65). Nesse sentido, *K. relato de uma busca* é nosso *dybbuk*, impedindo que vivamos em paz com tantos acertos de contas a se fazer com o passado. Kucinski, ao seu modo, se inscreve no projeto benjaminiano de “escovar a história a contrapelo” (LÖWY, 2005, p. 70), de ser o cronista, retratado pela “Tese III”, que leva “a verdade de que nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história” (p. 54). Assim, autor e narrador retomam os rastros deixados por uma presença “que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2009, P. 44). Pelos rastros, é tecida uma história sobre os vencidos, ainda que fragmentada, pois, como salienta a “Tese III”: só à humanidade redimida cabe o passado em sua inteireza” (LÖWY, 2005, p. 54). A construção da memória desses vencidos, por meio dos rastros, é a lápide que a eles foi negada.

Esta pesquisa, concebida em um momento de lampejo, é uma homenagem aos mortos no período da ditadura militar e seus familiares, aos sobreviventes da barbárie, aos manifestantes de esquerda mortos em 2018, aos manifestantes que se sentem cercados, ameaçados e injustamente criminalizados, só por serem oposição.

## Bibliografia

- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Obras Escolhidas 1. Magia e Técnica. Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985a.
- DEARO, Guilherme. **Moro aceita ser ministro da justiça; confirma repercussão dos políticos**. Exame, São Paulo, 1 nov. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/moro-aceita-ser-ministro-da-justica-confirma-repercussao-dos-politicos/>> Acesso em: 27 mar. 2020.
- DINIZ, Maiana. **Governo repudia menção e aplausos a torturador na votação do impeachment**. Agência Brasil, Brasília, 19 de abr. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/governo-repudia-mencao-torturador-na-votacao-do-impeachment>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KUCINSKI, Bernardo. **K. relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio** – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant; trad. das teses: Jeanne Marie Gagnebin e Marcus Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACHADO, Ana Paula. **Em nova vinheta, SBT resgata slogan da ditadura militar**. Exame, 06 nov. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/em-novas-vinhetas-sbt-resgata-slogan-da-ditadura-militar/>> Acesso em: 27 mar. 2020.
- MAIA, Gustavo. **Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flávio Bolsonaro**. Uol, Rio de Janeiro. 04 out. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm>> Acesso em: 26 mar. 2020.
- MARCELLO, Maria Carolina. **'Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria', diz Bolsonaro**. Extra, 21 out. 2018. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- PESSOA, Gabriela Sá. **Toffoli diz que hoje prefere chamar golpe militar de 'movimento de 1964'**. Folha de São Paulo, São Paulo, 1 de out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- PRAZERES, Leandro. **General ligado a Bolsonaro fala em banir livros sem "a verdade" sobre 1964**. Uol, Brasília, 2 set. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-a-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm>> Acesso em 10 maio 2020.
- REDAÇÃO. **Tribunal extingue ação em que Ustra é condenado por tortura**. Gazeta do povo, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/justica/tribunal-extingue-acao-em-que-ustra-e-condenado-por-tortura-8pp9zcgletlq60yrow06sty46/>>. Acesso em: 26 mar. 2020.